



# SERVIÇOS FINANCEIROS



## BANCO GMAC S.A.

CNPJ nº 59.274.605/0001-13

## CRUZE PREMIER

### Relatório da Administração

#### Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018.

Os títulos e valores mobiliários estão apresentados conforme disposto na Circular BACEN nº 3.068/01, os quais não foram adquiridos com o propósito de serem ativas e frequentemente negociados e que a Administração tem intenção e a capacidade de mantê-los até o vencimento e, portanto, foram classificadas na categoria "títulos mantidos até o vencimento".

#### Avaliação do Resultado

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, as operações de crédito e arrendamento mercantil atingiram o montante de R\$10.832 Milhões (2018 - R\$11.106 milhões). O Patrimônio Líquido atingiu R\$2.565 milhões (2018 - R\$2.243 milhões) e os Ativos totalizaram R\$14.022 milhões (2018 - R\$13.916 milhões). O índice de Basileia em 31 de dezembro de 2019 foi de 22,86% (2018 - 19,1%).

### Balancos Patrimoniais

LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota	2019	2018
<b>Ativo Circulante</b>		<b>9.840.870</b>	<b>8.311.011</b>
<b>Disponibilidades</b>	4	<b>58.389</b>	<b>64.873</b>
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>	4/5a	<b>633.256</b>	<b>461.735</b>
Aplicações no mercado aberto		633.256	461.735
<b>Títulos e Valores Mobiliários</b>	<b>5b</b>	<b>167.914</b>	<b>—</b>
Carteira própria		167.914	—
<b>Operações de Crédito</b>	7	<b>7.937.169</b>	<b>6.863.719</b>
Operações de crédito - setor privado		6.799.119	5.678.696
Operações de crédito - vinculadas à cessão		1.317.322	1.332.693
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(179.272)	(147.670)
<b>Operações de Arrendamento Mercantil</b>	7	<b>(296)</b>	<b>(29)</b>
Operações de arrendamento a receber - setor privado		38.206	40.971
(-) Rendas a apropriar de arrendamentos a receber		(38.206)	(40.973)
(-) Provisão para operações de arrendamento de liquidação duvidosa		(296)	(207)
<b>Outros Créditos</b>		<b>1.038.851</b>	<b>911.599</b>
Títulos e créditos a receber	7a	517.173	534.154
(-) Provisão para operações de cessão de recebíveis de liquidação duvidosa		(708)	(3.076)
Diversos	8	522.386	380.521
<b>Outros Valores e Bens</b>		<b>5.587</b>	<b>9.114</b>
Bens não de uso próprio	9a	2.521	2.939
Despesas antecipadas	9b	2.666	6.175
<b>Realizável a Longo Prazo</b>		<b>3.424.700</b>	<b>4.894.410</b>
<b>Títulos e Valores Mobiliários</b>	<b>5b</b>	<b>—</b>	<b>146.964</b>
Carteira própria		—	146.964
<b>Operações de Crédito</b>	7	<b>2.107.255</b>	<b>3.403.151</b>
Operações de crédito - setor privado		2.057.618	2.881.299
Operações de crédito - vinculadas à cessão		101.040	624.244
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(51.403)	(102.392)
<b>Operações de Arrendamento Mercantil</b>	7	<b>(49)</b>	<b>(135)</b>
Operações de arrendamento a receber - setor privado		5.501	20.221
(-) Rendas a apropriar de arrendamentos a receber		(5.501)	(20.133)
(-) Provisão para operações de arrendamento de liquidação duvidosa		(43)	(223)
<b>Outros Créditos</b>		<b>1.315.725</b>	<b>1.341.476</b>
Diversos	8	1.315.725	1.341.476
<b>Outros Valores e Bens</b>		<b>1.763</b>	<b>2.954</b>
Despesas antecipadas	9b	1.763	2.954
<b>Permanente</b>		<b>756.180</b>	<b>710.869</b>
<b>Investimentos</b>		<b>694.292</b>	<b>642.308</b>
Participações em controladas no país	10	694.292	642.308
<b>Imobilizado de Uso</b>		<b>21.448</b>	<b>13.632</b>
Outras imobilizações de uso		31.343	22.242
(-) Depreciações acumuladas		(9.895)	(8.610)
<b>Imobilizado de Arrendamento</b>	11	<b>40.440</b>	<b>54.929</b>
Bens arrendados		74.535	68.570
Insuficiência de depreciação		(16.988)	(4.886)
(-) Depreciações acumuladas		(17.107)	(8.755)
<b>Total do Ativo</b>		<b>14.021.750</b>	<b>13.916.290</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	Nota	2019	2018
<b>Passivo Circulante</b>		<b>8.120.008</b>	<b>7.426.864</b>
<b>Depósitos</b>	12	<b>6.038.322</b>	<b>5.204.115</b>
Depósitos interfinanceiros		2.609.853	2.405.452
Depósitos a prazo		3.428.469	2.798.663
<b>Obrigações por emissão de Letras Financeiras</b>	12	<b>585.064</b>	<b>590.624</b>
Obrigações por emissão de letras financeiras		585.064	590.624
<b>Outras obrigações</b>		<b>1.496.622</b>	<b>1.632.125</b>
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		11.397	12.780
Fiscais e previdenciárias	15	336.494	120.545
Diversas	14	1.148.731	1.498.800
<b>Exigível a Longo Prazo</b>		<b>3.209.448</b>	<b>4.059.405</b>
<b>Depósitos</b>	12	<b>376.237</b>	<b>945.776</b>
Depósitos a prazo		376.237	945.776
<b>Obrigações por Emissão de Letras Financeiras</b>	12	<b>1.462.381</b>	<b>1.428.662</b>
Obrigações por emissão de letras financeiras		1.462.381	1.428.662
<b>Outras Obrigações</b>		<b>1.370.830</b>	<b>1.684.967</b>
Fiscais e previdenciárias	15	868.625	965.669
Diversas	14	502.205	719.298
<b>Resultado de Exercícios Futuros</b>		<b>127.558</b>	<b>187.199</b>
Resultado de exercícios futuros	17	127.558	187.199
<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>2.564.736</b>	<b>2.242.822</b>
<b>Capital</b>	18	<b>2.117.609</b>	<b>1.864.713</b>
De domiciliados no país		2.117.609	1.864.713
<b>Reserva de Lucros</b>	18	<b>447.127</b>	<b>378.109</b>

	Nota	2019	2018
<b>Total do Passivo</b>		<b>14.021.750</b>	<b>13.916.290</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 E SEMESTRE FINDO EM DEZEMBRO DE 2019 (Em milhares de reais - R\$)

	Capital Social	Reserva de Lucros Legal	Reserva de Lucros Outras	Lucros Acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2017</b>	1.688.282	104.933	176.431	405.586	1.969.646
Lucro líquido do exercício	—	—	—	405.586	405.586
Destinação do lucro:					
Reservas de lucro	—	20.279	252.897	(273.176)	—
Aumento de capital homologado pelo Banco Central em 30 de maio de 2018 (nota 18c)	176.431	—	(176.431)	—	—
Juros sobre o capital próprio	—	—	—	(132.410)	(132.410)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2018</b>	1.864.713	125.212	252.897	—	2.242.822
Lucro líquido do exercício	—	—	—	460.890	460.890
Destinação do lucro:					
Reservas de lucro	—	23.045	298.869	(321.914)	—
Aumento de capital homologado pelo Banco Central em 07 de junho de 2019 (nota 18c)	252.896	—	(252.896)	—	—
Juros sobre o capital próprio	—	—	—	(138.976)	(138.976)
<b>Saldos em 30 de Junho de 2019</b>	2.117.609	148.257	298.870	—	2.564.736
Lucro líquido do semestre	—	135.185	189.481	—	2.442.275
Destinação do lucro:					
Reservas de lucro	—	13.072	109.389	(122.461)	—
Juros sobre o capital próprio	—	—	—	(138.976)	(138.976)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2019</b>	2.117.609	148.257	298.870	—	2.564.736

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco GMAC S.A. ("Banco") é uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") a operar sob a forma de banco múltiplo, através das carteiras de crédito, financiamento, investimento e arrendamento mercantil. Suas atividades operacionais consistem, principalmente, no financiamento de veículos ao consumidor, no financiamento de peças e veículos e no empréstimo de capital de giro para as concessionárias da rede Chevrolet. As operações são conduzidas no contexto do conjunto de empresas integrantes do Grupo GMAC, as quais atuam integradamente no mercado financeiro, utilizando-se de uma mesma estrutura operacional. Os benefícios dos serviços prestados entre essas empresas e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos.

#### 2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, porém a maioria não homologada pelo BACEN. Dessa forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

- a) CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
- b) CPC 02 (R2) - Efeito das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16;
- c) CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08, aprovado pela CMN nº 4.270 com efeitos a partir de 2020;
- d) CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16;
- e) CPC 05 (R1) - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09, revogada pela Resolução CMN 4.636/18;
- f) CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
- g) CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
- h) CPC 24 - Evento Subsequente - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
- i) CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes homologados pela Resolução CMN nº 3.823/09;
- j) CPC 27 - Ativo Imobilizado homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16;
- k) CPC 33 de Benefícios a empregados - homologado pela resolução CMN nº 4.424/15;
- l) CPC 00 - Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - Estrutura conceitual para elaboração e divulgação do relatório contábil-financeiro homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12.

Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva. Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria e autorizadas a serem divulgadas em 06 de março de 2020.

#### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis de avaliação dos elementos patrimoniais são as seguintes:

- a) Apuração de resultado
- As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata temporis" para aquelas de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial. As rendas de operações de crédito e arrendamento mercantil vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações de arrendamento mercantil são apuradas pelo regime de competência e segundo a Portaria Ministério da Fazenda nº 140/84, que considera:
- As receitas de arrendamento mercantil são calculadas e apropriadas mensalmente pela exigibilidade das contraprestações no ano.
- O ajuste do valor presente das operações de arrendamento mercantil.
- b) Ativo circulante e realizável em longo prazo
- Os ativos circulantes e realizáveis em longo prazo são demonstrados pelos valores de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias "pro rata temporis" e cambiais incorridos, auferidos e ajustados ao valor justo ou de realização, quando este for aplicável.
- As operações de arrendamento mercantil são contratadas de acordo com opção feita pela arrendatária, com cláusula de taxa de juros pré-fixada, tendo a arrendatária a opção contratual de compra do bem, renovação do arrendamento ou devolução ao término do contrato. Os valores residuais garantidos das operações de arrendamento mercantil, que representam as opções de compra a vencer, bem como os respectivos ajustes monetários, são registrados na rubrica "Valores residuais a realizar", tendo como contrapartida a rubrica "Valores residuais a bancar", ambos no subgrupo de arrendamentos a receber.
- As provisões para créditos de liquidação duvidosa das operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos são fundamentadas na análise das operações em aberto, efetuada pela Administração, para concluir quanto ao valor adequado, e levam em conta a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional - CMN.
- Conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.533/08, a partir de 1º de janeiro de 2012, os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais ao fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou quando ocorrer a venda ou a transferência deste ativo financeiro.
- A venda ou a transferência de um ativo financeiro deve ser classificada nas seguintes categorias:
- Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios: o cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda incondicional do ativo financeiro; (ii) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de recompra pelo valor justo desse ativo no momento da recompra; e (iii) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo semestre seja improvável de ocorrer;

- Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios: o cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda do ativo financeiro em conjunto com compromisso de recompra do mesmo ativo a preço fixo ou o preço de venda adicionado de quaisquer rendimentos; (ii) contratos de empréstimo de títulos e valores mobiliários; (iii) venda do ativo financeiro em conjunto com contrato de swap de taxa de retorno total que transfira à exposição ao risco de mercado de volta ao cedente; (iv) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja provável de ocorrer; e (v) venda de recebíveis para os quais o vendedor ou o cedente garante por qualquer forma compensar o comprador ou o cessionário pelas perdas de crédito que venham a ocorrer, ou cuja venda tenha ocorrido em conjunto com a aquisição de cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) comprador; e
- Operações sem transferência ou retenção substancial dos riscos e benefícios: devem ser classificadas as operações em que o cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação.
- O registro contábil da venda ou transferência de ativos financeiros classificados na categoria operações com retenção substancial de riscos e benefícios é realizado da seguinte maneira: (i) o ativo financeiro, objeto da venda ou transferência permanece, na sua totalidade, registrado no ativo; (ii) os valores recebidos na operação são registrados no ativo em contrapartida com o passivo referente à obrigação assumida; (iii) as receitas e despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação, mensalmente.
- A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa segue os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99.
- c) Caixa e equivalentes de caixa
- Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 3.604/08, do Conselho Monetário Nacional, são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo original de vencimento de até 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado.
- Dentre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A moeda funcional adotada para a elaboração das demonstrações financeiras é o real.
- d) Aplicações interfinanceiras de liquidez
- As aplicações interfinanceiras de liquidez são demonstradas pelo custo de aquisição, acrescido de variações monetárias e juros contratados. Quando o valor de realização de um determinado ativo for inferior ao valor registrado contabilmente, é registrada provisão para ajuste deste ativo ao seu respectivo valor de realização.
- e) Títulos e valores mobiliários
- Os títulos e valores mobiliários estão contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos,idos e ajustados aos valores justos ou de realização, quando este for aplicável.
- Os títulos e valores mobiliários estão apresentados conforme disposto na Circular BACEN nº 3.068/01, os quais não foram adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e que a Administração tem intenção e a capacidade de mantê-los até o vencimento e, portanto, foram classificadas na categoria "títulos mantidos até o vencimento".
- f) Ativo permanente
- É demonstrado ao custo, combinado com os seguintes aspectos:
- Participação em sociedades controladas, avaliada pelo método de equivalência patrimonial.
- Depreciação do imobilizado calculada pelo método linear com base nas seguintes taxas anuais: sistema de processamento de dados e transportes - 20% e demais contas - 10%.
- O Banco, visando atender ao regime de competência, constituiu no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, insuficiência de depreciação no montante de R\$12.102 (R\$4.603 em 2018), classificada em despesa de arrendamento mercantil, e apresentava insuficiência de depreciação para o exercício de 2019 de R\$16.988 (R\$4.886 em 2018), classificada no imobilizado de arrendamento (nota 11), equivalente ao ajuste do efetivo valor presente dos fluxos futuros da carteira de arrendamento mercantil, com base nas taxas implícitas de retorno de cada operação, conforme Circular BACEN nº 1.429/89, Pronunciamento Técnico CPC 27 e Resolução CMN nº 4.535/16.
- g) Redução ao valor recuperável dos ativos
- De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC - 01, aprovado pela Resolução CMN nº 3.566/08, é reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.
- h) Passivo circulante e exigível em longo prazo
- São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias "pro rata temporis" e cambiais incorridos.
- i) Provisões, ativos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias.
- O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes e obrigações legais estão sendo efetuados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, baseadas nos critérios definidos na Carta Circular BACEN nº 3.429/10 e na Resolução CMN nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico CPC-25.
- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- Provisões para riscos - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
- Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.
- Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal.

#### Gerenciamento de Riscos Corporativos

Em conformidade com nossas políticas internas, conjuntamente com as diretrizes estabelecidas pela nossa matriz em Detroit-EUA, o Banco GMAC S.A. possui estrutura de gestão de riscos voltada para as melhores práticas internacionais e atendimento das exigências dos agentes reguladores locais. Neste sentido, o Banco conta com políticas de gerenciamento de riscos e procedimentos de controle e monitoramento contínuo, e de forma independente das áreas de negócio permitindo o estabelecimento de uma cultura sólida de administração de riscos.

As informações sobre a estrutura de gerenciamento dos riscos encontram-se disponíveis em nosso portal www.chevrolet.com.br, e são distribuídas ao público de relacionamento do Banco.

#### Ouidoria

Trata-se de um canal de comunicação entre o Banco e seus clientes, que tem por objetivo a busca contínua do aperfeiçoamento e melhoria dos produtos, serviços e atendimento oferecidos, em conformidade com as Resoluções nº 3.477 e nº 4.567 do Conselho Monetário Nacional.

São Paulo 06 de março de 2020

#### A Administração

### Demonstrações do Resultado

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 E SEMESTRE FINDO EM DEZEMBRO DE 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota	2º Semestre 2019	2018
<b>Receitas de Intermediação Financeira</b>		<b>865.496</b>	<b>1.757.154</b>
Operações de crédito	19	821.103	1.669.707
Operações de arrendamento mercantil		18.206	35.310
Resultado com aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	5	26.187	52.137
<b>Despesas da Intermediação Financeira</b>		<b>(404.663)</b>	<b>(912.254)</b>
Operações de captações no mercado	12a	(238.247)	(483.039)
Operações de arrendamento mercantil		(15.756)	(29.907)
Operações de vendas ou transferência de ativos financeiros		(66.365)	(150.653)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(84.295)	(176.076)
<b>Resultado Bruto da Intermediação Financeira</b>		<b>460.833</b>	<b>917.479</b>
<b>Outras Receitas (Despesas) Operacionais</b>		<b>(196.099)</b>	<b>(334.186)</b>
Receitas de prestação de serviços		39.427	76.724
Rendas de tarifas bancárias	24	41.312	78.571
Despesas de pessoal	20	(67.482)	(123.248)
Outras despesas administrativas	21	(186.404)	(330.969)
Despesas tributárias	25	(32.921)	(66.299)
Resultado de equivalência patrimonial	10	22.415	51.984
Outras receitas operacionais	22	34.867	62.220
Outras despesas operacionais	23	(47.313)	(83.169)
<b>Resultado Operacional</b>		<b>264.734</b>	<b>583.293</b>
<b>Resultado não Operacional</b>		<b>1.304</b>	<b>2.942</b>
<b>Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações</b>		<b>266.038</b>	<b>586.235</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>		<b>(7.199)</b>	<b>(105.111)</b>
Provisão para imposto de renda corrente		(40.112)	(88.286)
Provisão para contribuição social corrente		(36.747)	(77.791)
Ativo fiscal diferido		84.058	60.966
Participações no lucro		(11.800)	(20.234)
<b>Lucro Líquido do Semestre/Exercício</b>		<b>261.437</b>	<b>460.890</b>
<b>Lucro Líquido por Lote de Mil Ações - R\$</b>		<b>229,05</b>	<b>403,79</b>
Total de ações - 1.141.400.925		<b>355,34</b>	<b>—</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### Demonstrações dos Fluxos de Caixa

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota	2º Semestre/19	2019	201
--	------	----------------	------	-----



# SERVIÇOS FINANCEIROS

## BANCO GMAC S.A.

CNPJ nº 59.274.605/0001-13

## EQUINOX



continuação

### Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais - R\$)

O FIDC busca, mas não garante, atingir rentabilidade no médio e longo prazo, equivalente à taxa DI mais 0,805% a.a. para cotas seniores. Não existem atualmente cotas mezanino. As cotas subordinadas não possuem rentabilidade alvo, estando sua valorização condicionada à rentabilidade líquida do Fundo, já que desconta-se a remuneração das outras classes de quotas.

Participação no patrimônio líquido do FIDC: Em conformidade com o artigo 24, inciso XV, da Instrução CVM nº 356, com redação dada pela Instrução CVM nº 393, o FIDC deve manter liquidez mínima entre o valor das cotas seniores e o de seu patrimônio líquido, sendo que esta relação será apurada diariamente e acessível aos cotistas mensalmente. O Banco é o detentor da totalidade das cotas subordinadas do FIDC, sendo as cotas seniores pertencentes a investidores qualificados.

As relações mínimas entre o valor das cotas seniores e subordinadas em relação ao patrimônio líquido do FIDC, quais sejam:

	% em Relação ao Patrimônio Líquido (a)	
Cotas seniores	Máximo de 74%	
Cotas subordinadas	Mínimo de 26%	
(a) Conforme o Regulamento do Fundo o somatório das cotas mezanino, se houver, e das subordinadas deverá ser equivalente a no mínimo 26% do patrimônio líquido do Fundo.		
Natureza do envolvimento do Banco com o FIDC e tipo de exposição a perdas, se houver, decorrentes desse envolvimento:		
A verificação do enquadramento dos direitos creditórios às condições de cessão é, na forma do contrato de cessão, e de responsabilidade exclusiva do Banco, sem prejuízo do direito do cessionário, FIDC, diretamente ou por intermédio de terceiros.		
Avais, fianças, hipotecas ou outras garantias concedidas em favor do FIDC:		
O Banco não ofereceu qualquer tipo de aval, fiança, hipoteca ou outras garantias em favor do FIDC ou de seus cotistas.		

### 6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Nos exercício findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, o Banco não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

### 7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO, ARRENDAMENTO MERCANTIL E OUTROS CRÉDITOS

	2019	2018
a) Composição da carteira de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos, por tipo de operação:		
<b>Operações de Crédito</b>		
Empréstimos	13.349	11.098
Financiamentos	8.843.388	8.548.897
Financiamentos cedidos com retenção substancial de riscos e benefícios	1.418.362	1.956.937
Operações de arrendamento mercantil (nota 7b)	40.043	54.956
Outros Créditos:		
Títulos e créditos a receber (i)	517.173	534.154
<b>Total</b>	<b>10.832.315</b>	<b>11.106.042</b>
(i) Refere-se integralmente a recebíveis comerciais de venda a prazo de veículos, adquiridos sem coobrigação.		
(b) Composição do valor presente dos contratos de arrendamento mercantil:		
<b>Operações de Arrendamento</b>		
Arrendamentos a receber	43.707	61.192
Rendas a apropriar	(43.707)	(60.926)
Valores residuais a apropriar	373	514
Valores residuais a balancear	(373)	(514)
Imobilizado de arrendamento (nota 11)	40.440	54.929
Valor residual antecipado (nota 14)	(397)	(239)
<b>Valor presente dos contratos (nota 7a)</b>	<b>40.043</b>	<b>54.956</b>
c) Composição da carteira de crédito e arrendamento mercantil, por atividade econômica:		

	2019		2018	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Pessoa física	6.952.151	64,1%	6.835.093	61,5%
Outros Serviços	961.504	8,9%	1.964.578	17,7%
Comércio	2.910.476	26,9%	2.298.511	20,7%
Indústria	8.184	0,1%	7.860	0,1%
<b>Total</b>	<b>10.832.315</b>	<b>100,0%</b>	<b>11.106.042</b>	<b>100,0%</b>

	2019		2018	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Até 60 dias	55.160	0,5%	68.223	0,6%
De 61 a 180 dias	21.772	0,2%	26.961	0,3%
De 181 a 360 dias	9.976	0,1%	13.408	0,1%
	86.908	0,8%	108.592	1,0%

	2019		2018	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Até 180 dias	5.236.795	48,3%	5.787.656	52,1%
De 181 a 360 dias	1.653.416	15,3%	1.677.793	15,1%
Acima de 360 dias	2.855.196	26,4%	2.532.001	22,8%
	10.745.407	99,2%	10.997.450	99,0%
<b>Total</b>	<b>10.832.315</b>	<b>100,0%</b>	<b>11.106.042</b>	<b>100,0%</b>

(c) Concentração do risco de crédito:

	2019		2018	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Maior devedor	347.689	3,2%	406.280	3,6%
10 devedores seguintes	677.858	6,3%	717.089	6,5%
50 devedores seguintes	1.200.772	11,1%	1.288.218	11,6%
100 devedores seguintes	973.086	9,0%	1.125.296	10,1%
Demais devedores	7.632.910	70,4%	7.569.159	68,2%
<b>Total</b>	<b>10.832.315</b>	<b>100,0%</b>	<b>11.106.042</b>	<b>100,0%</b>

f) Composição da carteira por indexadores:

	2019		2018	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Pós-fixado	7.567.524	69,9%	7.431.566	66,9%
Pós-fixado	3.264.791	30,1%	3.674.476	33,1%
<b>Total</b>	<b>10.832.315</b>	<b>100,0%</b>	<b>11.106.042</b>	<b>100,0%</b>

g) Movimentação da provisão para operações de crédito e outros créditos:

	Contratos em Carteira própria		Contratos em Carteira Cedidos		Total
Saldo no início do exercício		235.463		18.105	253.568
Constituição/(Reversão) de provisões		180.747		4.671	176.076
Baixas		(197.922)		(197.922)	—
<b>Saldo no fim do exercício</b>		<b>218.288</b>		<b>13.434</b>	<b>231.722</b>

h) Composição da carteira de operações de crédito, arrendamento mercantil, outros créditos, e correspondente provisão para créditos e arrendamento mercantil de liquidação duvidosa referente aos contratos não cedidos e contratos cedidos:

	2019		2018	
Nível de Risco	Taxa de Provisão %	Total de Operações	Total de Operações	Provisão Constituída
AA	—	466.644	—	120.515
A	0,5%	7.714.706	38.574	8.002.991
B	1,0%	1.101.475	11.015	986.668
C	3,0%	1.177.143	35.314	1.638.442
D	10,0%	186.009	18.601	166.938
E	30,0%	56.910	10.703	48.233
F	50,0%	25.278	12.639	26.156
G	70,0%	18.814	13.170	19.357
H	100,0%	85.336	85.336	96.742
<b>Total</b>		<b>10.832.315</b>	<b>231.722</b>	<b>11.106.042</b>

i) Durante o exercício foram registradas receitas com créditos recuperados no valor de R\$59.563 (R\$60.666 em 2018), contabilizado no grupo de Receitas de Intermediação Financeira das Demonstrações do Resultado. Em 31 de dezembro de 2019, existiam contratos renegociados no montante de R\$3.012 (R\$ 3.766 em 2018).

j) Cessão de crédito

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o Banco cedeu ao FIDC, com retenção substancial de riscos e benefícios, o montante de R\$3.267.701 (R\$2.718.765 em 2018), em operações de financiamento de veículos, tendo apropriado despesas no montante de R\$49.741 (R\$37.800 em 2018).

O valor presente dos contratos cedidos pela taxa original, em 31 de dezembro de 2019, com retenção substancial de riscos e benefícios, registrados na rubrica de "Operações de crédito", totalizam R\$ 540.914 (R\$526.934 em 2018), com a respectiva obrigação assumida pela cessão destas operações reconhecida na rubrica de "Outras obrigações - Diversas - Obrigações por operações de venda e transferência de ativos financeiros" (nota 14) no montante de R\$536.919 (R\$ 521.518 em 2018). Há provisão para créditos de liquidação duvidosa para estas cessões no montante de R\$5.138 (R\$ 5.963 em 2018) registrado na rubrica "provisão para créditos de liquidação duvidosa".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o Banco cedeu operações de crédito de financiamento de veículos, com retenção substancial de riscos e benefícios, a outras instituições financeiras, no montante de R\$743.850 (R\$ 1.109.846 em 2018), tendo apropriado despesas no montante de R\$ 100.912 (R\$156.857 em 2018). Os contratos objeto de cessão referem-se a financiamentos de veículos, cujos vencimentos ocorrerão até 2024.

O valor presente das operações de crédito de financiamento de veículos cedidas a outras instituições financeiras, com retenção substancial de riscos e benefícios, e registrados na rubrica de "Operações de crédito", em 31 de dezembro de 2019, consta o montante de R\$877.447 (R\$ 1.430.003 em 2018), com a respectiva obrigação assumida pela cessão destas operações reconhecida na rubrica de "Outras obrigações - Diversas - Obrigações por operações de venda e transferência de ativos financeiros" (nota 14) no montante de R\$984.864 (R\$1.564.807 em 2018). Há provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre essas cessões, no montante de R\$8.295 (R\$ 12.141 em 2018), registrada na rubrica "provisão para créditos de liquidação duvidosa".

k) Composição da PCLD - Carteira Cedida

	Contratos Cedidos	
Nível de risco	Taxa de Provisão %	Total de Operações
AA	—	21.301
A	0,5%	1.081.457
B	1,0%	163.966
C	3,0%	136.362
D	10,0%	12.402
E	30,0%	2.393
F	50,0%	286
G	70,0%	195
H	100,0%	195
<b>Total</b>		<b>1.418.362</b>

### 8. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	2019	2018
Créditos tributários - imposto de renda e contribuição social (nota 13c)	761.711	663.773
Depósitos judiciais (nota 16b) (i)	1.014.823	987.970
Devedores diversos - país (ii)	25.403	31.592
Impostos a recuperar (iii)	8.266	7
Valores a receber de sociedades ligadas (nota 26e) (iv)	26.656	37.170
Adiantamentos e antecipações salariais	1.252	1.485
<b>Total</b>	<b>1.838.111</b>	<b>1.721.997</b>
Ativo circulante	522.386	380.521
Realizável em longo prazo	1.315.725	1.341.476

(i) Refere-se, principalmente, aos depósitos efetuados em ações judiciais (Mandados de Segurança e Ações Anulatórias) para suspender a exigibilidade de tributos que se encontram sob discussão e outros processos judiciais. Os principais tributos depositados judicialmente são Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS, Imposto Sobre Serviços - ISS, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE, os quais estão provisionados nas rubricas "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias" (nota 15) e "provisão para riscos e obrigações legais" (nota 16).

Os depósitos judiciais e as respectivas provisões para riscos e obrigações legais são corrigidos pelos índices e taxas a que estão sujeitos afetando os respectivos grupos de outras receitas e despesas operacionais (notas 22 e 23, respectivamente).

- (ii) Representados, principalmente, por valores transferidos de operações de crédito para outros créditos, decorrentes dos avisos de recebimentos de parcelas de financiamento CDC, "Floor Plan" e Leasing, creditados em conta corrente no primeiro dia útil subsequente, no montante de R\$24.985 (R\$26.428 em 2018).
- (iii) Refere-se substancialmente a créditos de PIS no valor de R\$ 1.155 em 2019 e de COFINS no valor de R\$ 7.102 em 2019.
- (iv) Refere-se, principalmente, a valor a receber de financiamento da modalidade de "Floor Plan" e CDC junto à General Motors do Brasil no valor de R\$22.516 (R\$31.885 em 2018). Adicionalmente, estão registrados valores a receber de ligadas relacionadas a despesas com pessoal no valor de R\$ 4.140 (R\$5.286 em 2018).

### 9. OUTROS VALORES E BENS

a) Bens não de uso Os bens retomados são registrados no ativo circulante, deduzidos quando aplicável, de provisão para desvalorização, quantificada com base no valor justo dos respectivos bens. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o saldo de Bens não de uso totalizava R\$2.921 (R\$2.939 em 2018).

b) Despesas antecipadas As despesas antecipadas classificadas em "Outros valores e bens" referem-se às comissões de origemção de operações de crédito pagas aos correspondentes no País. Destaca-se que as comissões originadas, a partir de 2015, estão em conformidade com a Resolução CMN nº 4.294/14, que estabeleceu que as comissões pagas aos correspondentes em decorrência da origemção de novas operações de crédito devem ser reconhecidas integralmente quando da origemção da operação, bem como ficam limitadas aos percentuais máximos de 6% do valor da nova operação originada e 3% do valor da operação objeto de portabilidade, e em conformidade com a Circular BACEN nº 3.738/14, que estabelece os procedimentos para contabilização da remuneração de correspondentes no País, facultando a aplicação escalonada da apropriação contábil, opção adotada pelo Banco. A apropriação das comissões é realizada mensalmente no resultado, em conformidade com as normas vigentes. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de despesas antecipadas montava R\$ 4.429 (R\$9.129 em 2018), e foram apropriadas ao resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 despesas no montante de R\$ 9.129 (R\$33.020 em 2018), na rubrica "Outras Despesas Administrativas".

### 10. PARTICIPAÇÃO EM CONTROLADAS NO PAÍS

	2019		2018	
	GMAC Administradora de Consórcios Ltda.	GMACI Corretora de Seguros Ltda.	GMAC Administradora de Consórcios Ltda.	GMACI Corretora de Seguros Ltda.
Dados da controlada:				
Patrimônio líquido no final do exercício antes da apuração do resultado	528.614	113.694	463.866	85.910
Lucro do exercício	18.122	33.862	64.748	27.784
Participação no capital	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Movimentação de investimentos:				
No início do exercício	528.614	113.694	463.866	85.910
Resultado de equivalência patrimonial	18.122	33.862	64.748	27.784
<b>No final do exercício</b>	<b>546.736</b>	<b>147.556</b>	<b>528.614</b>	<b>113.694</b>

	2019		2018	
	GMAC Administradora de Consórcios Ltda.	GMACI Corretora de Seguros Ltda.	GMAC Administradora de Consórcios Ltda.	GMACI Corretora de Seguros Ltda.
Dados da controlada:				
Patrimônio líquido no final do exercício antes da apuração do resultado	528.614	113.694	463.866	85.910
Lucro do exercício	18.122	33.862	64.748	27.784
Participação no capital	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Movimentação de investimentos:				
No início do exercício	528.614	113.694	463.866	85.910
Resultado de equivalência patrimonial	18.122	33.862	64.748	27.784
<b>No final do exercício</b>	<b>546.736</b>	<b>147.556</b>	<b>528.614</b>	<b>113.694</b>

### 11. IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO

	2019		2018	
	Taxa de Depreciação (i)		Taxa de Depreciação (i)	
Veículos arrendados	20,00% a.a.	74.535	68.570	
Superveniência (Insuficiência) de depreciação (nota 3f)		(16.988)	(4.886)	
Depreciação acumulada		(17.107)	(8.755)	
Imposto de arrendamento (nota 7b)		40.440	54.929	

(i) Taxas de depreciação conforme Portaria do Ministério da Fazenda nº 140/84.

### 12. CAPTAÇÕES

	2019	2018
Depósitos interfinanceiros	2.609.853	2.405.452
Depósitos a prazo	3.804.706	3.744.439
Letras financeiras	2.047.445	2.019.286
<b>Total</b>	<b>8.462.004</b>	<b>8.169.177</b>
Passivo circulante	6.623.386	5.794.739
Exigível a longo prazo	1.838.618	2.374.438

As captações são representadas por Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI, Certificados de Depósitos Bancários - CDB e Letras Financeiras com vencimentos até maio de 2023, sujeitos a encargos financeiros pré-fixados entre 4,76% e 14,49% ao ano no montante de R\$2.872.937 (R\$2.845.352 em 2018) e captações pós-fixadas atreladas a percentual da variação do CDI ou da SELIC, entre 95% e 119%, no montante de R\$ 5.589.067 (R\$5.323.825 em 2018).

a) Foram apropriadas para o resultado as seguintes despesas de captações:

	2019	2018
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI	100.124	171.803
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	245.421	199.833
Letras Financeiras	133.201	118.683
Fundo Garantidor de Créditos - FGC	4.293	3.480
<b>Total</b>	<b>483.039</b>	<b>493.799</b>

### 13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2019		2018	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro antes da tributação	586.235	586.235	601.376	601.376
Alíquotas	25%	15%	25%	20%
<b>Despesa de acordo com as alíquotas</b>	<b>(146.559)</b>	<b>(87.935)</b>	<b>(150.344)</b>	<b>(120.275)</b>
Efeito de IR e CS sobre diferenças permanentes	5.059	3.035	7.809	6.247
Participações no lucro e resultado	34.744	20.846	33.103	26.482
Juros sobre capital próprio	12.996	7.798	23.133	18.506
Resultado de equivalência patrimonial	(2.908)	(1.518)	(1.299)	(1.028)
Outras adições/exclusões permanentes	<b>49.891</b>	<b>30.161</b>	<b>62.746</b>	<b>50.207</b>
<b>Total IR e CS sobre diferenças permanentes</b>	<b>49.891</b>	<b>30.161</b>	<b>62.746</b>	<b>50.207</b>
Incentivos fiscais (i)	6.665	—	4.081	—
Ajuste de imposto corrente exercício anterior (ii)	(3.121)	(1.100)	9	10
Ajuste de imposto diferido exercício anterior	—	—	(13)	(10)
Ajuste de prejuízo fiscal/Base negativa	(674)	—	5	—
Ajuste da majoração de 5% da CSLL (nota 3 j)	—	47.537	—	(10.830)
Baixa de provisão de incentivos fiscais	—	—	107	(273)
Adicional do imposto de renda	24	—	24	—
<b>Imposto de renda e contribuição social no exercício</b>	<b>(93.774)</b>	<b>(11.337)</b>	<b>(83.385)</b>	<b>(81.171)</b>
	<b>(105.111)</b>		<b>(164.556)</b>	

(i) Do total dos incentivos fiscais, R\$ 1.940 (R\$ 1.381 em 2018) referem-se ao Programa de Alimentação do Trabalhador-PAT, conforme disciplinado pelo RIR/99 em seus artigos 581 a 589, R\$ 2.100 (R\$ 1.350 em 2018) referem-se a doações a projetos culturais, conforme Lei Rouanet (Lei 8.313, artigo 18º), R\$ 525 (R\$ 337,5 em 2018) referem-se a doações ao fundo do esporte (Lei 11.438/2006, artigo 3º), R\$ 525 (R\$ 337,5 em 2018) referem-se a doações ao FUNCAD (Lei 9.250/95, artigo 1º), R\$ 525 (R\$ 337,5 em 2018) referem-se a doações ao Fundo do Idoso (Lei 9.250/95 Artigo 1º), e R\$ 525 (R\$ 337,5 em 2018) referem-se ao incentivo do PRONON e do PRONAS (



# SERVIÇOS FINANCEIROS

## BANCO GMAC S.A.

CNPJ nº 59.274.605/0001-13

## ONIX



continuação

### Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018  
(Em milhares de reais - R\$)

#### 23. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

A rubrica "Outras despesas operacionais" apresenta a seguinte composição:

	2º Semestre 2019	2019	2018
Despesas com atualização monetária de contingências fiscais	15.885	29.374	27.550
Despesas com provisões civis e trabalhistas	11.294	20.624	20.793
Despesa com cobrança	14.640	26.690	28.407
Despesa com incentivo cultural	4.725	4.725	2.700
Despesas com juros e multas	163	334	1.190
Outras	606	1.422	250
<b>Total</b>	<b>47.313</b>	<b>83.169</b>	<b>80.890</b>

#### 24. RENDAS DE TARIFAS BANCÁRIAS

Refere-se à receita com Taxa de Confecção de Cadastro (TCC), no montante de R\$ 78.571 (R\$89.199 em 2018).

#### 25. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

A rubrica "Despesas Tributárias" apresenta a seguinte composição:

	2º Semestre 2019	2019	2018
COFINS	23.816	47.640	47.472
PIS	3.870	7.741	7.715
ISS	4.399	8.466	8.441
Outros	836	2.452	2.427
<b>Total</b>	<b>32.921</b>	<b>66.299</b>	<b>66.055</b>

#### 26. PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da Administração  
Na assembleia geral, realizada anualmente no mês de Abril, são validadas as premissas da remuneração à diretoria, conforme política do grupo GMAC.  
b) Benefícios de Curto Prazo

	2º Semestre 2019	2019	2018
Salários e honorários da diretoria executiva - remuneração fixa	1.396	3.170	3.724
Remuneração variável	50	1.943	1.162
Outras	342	591	948
<b>Total</b>	<b>1.788</b>	<b>5.704</b>	<b>5.834</b>

c) Rescisão do contrato  
Os contratos possuem prazo indeterminado. A extinção da relação contratual, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.  
d) Outras Informações - Operações de Crédito  
Conforme previsto na Lei nº 13.506/17, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, diretores ou seus familiares.  
e) Transação com Partes Relacionadas  
As posições patrimoniais e de resultado auferidas em operações com partes relacionadas nos exercícios, podem ser resumidos como segue:

	2019		2018	
	Ativo (Passivo)	Receita (Despesas)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesas)
<b>Partes relacionadas</b>				
<u>General Motors do Brasil Ltda.:</u>				
Outros créditos (nota 8)	22.516	-	31.885	-
Rendias de prestação de serviços	-	16.661	-	15.948
Outras obrigações - Diversas (nota 14)	(4.455)	-	(1.372)	-
Resultado de exercícios futuros (nota 17)	(127.558)	286.288	(187.200)	352.490
<u>GMAC Prestação de Serviços de Mão de obra Ltda.:</u>				
Captações em depósitos a prazo	(39.431)	(2.146)	(33.803)	(2.059)
Prestação de Serviços	-	(266)	-	(2.059)
<u>Empresas controladas</u>				
<u>GMAC Administradora de Consórcios Ltda.:</u>				
Outros créditos (nota 8)	1.329	-	1.432	-
Captações em depósitos a prazo	(550.184)	(67.073)	(511.439)	(59.678)
Receita de prestação de serviços	-	13.038	-	12.532
<u>GMAC I - Corretora de Seguros Ltda.:</u>				
Outros créditos (nota 8)	740	-	826	-
Captações em depósitos a prazo	(148.540)	(7.517)	(114.313)	(6.185)
Receita de prestação de serviços	-	7.784	-	7.482
<u>Controladora</u>				
<u>General Motors Financial Inc.:</u>				
Outros créditos (nota 8)	2.071	-	3.028	-
Receita de prestação de serviços	-	7.263	-	6.154
<u>General Motors Investment Participações Ltda.:</u>				
Captações em depósitos a prazo	(10.416)	(231)	(9.192)	(120)

## A Diretoria

Contador: Alexandre Passos Alves - CRC 1SP-297700/O-2

## Relatório do Comitê de Auditoria

### I. INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria (Comitê) do Conglomerado GMAC, composto pelo Banco GMAC S.A. e GMAC Administradora de Consórcios Ltda., neste documento denominado, simplesmente, Grupo GMAC, foi instalado no dia 18 de fevereiro de 2011 por deliberação da Assembleia Geral dos Acionistas do Banco GMAC S.A., e atua como único para o Consolidação Econômico-Financeiro do Grupo GMAC.  
Em reunião realizada em 06 de março de 2020 foram aprovadas as matérias objeto do Relatório do Comitê de Auditoria e o seu respectivo Resumo, os quais se encontram à disposição do Banco Central do Brasil na sede desta Instituição, sob a guarda da Área de Controles Internos.

### II. ATIVIDADES DO COMITÊ

O Comitê se reuniu com o propósito de analisar as demonstrações financeiras e contábeis da data-base de 31 de dezembro de 2019, previamente recebidas, assim como examinar e aprovar o conteúdo do Relatório do Comitê de Auditoria, referente às atividades desenvolvidas relativas à mesma data-base, este Resumo e demais atividades pertinentes a este fórum.

Com relação às atividades e informações do segundo semestre de 2019, o Comitê destaca os seguintes temas:

#### a) Avaliação da qualidade das demonstrações contábeis

O Comitê revisou e aprovou, sem ressalvas, as demonstrações financeiras do Banco GMAC e GMAC Administradora de Consórcios, referentes à data base-31 de dezembro de 2019, que estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central

do Brasil. Concluiu que os trabalhos desenvolvidos pelas Auditorias e áreas de riscos e de controles internos são eficazes e conferem transparência e qualidade às Demonstrações Financeiras do Grupo GMAC, recomendando sua aprovação pelo corpo diretivo, para a data-base de 31 de dezembro de 2019.

#### b) Avaliação da efetividade do Sistema de Controles Internos

O Comitê ressaltou que reconhece o esforço de melhoria contínua proposto pela Administração e a aplicação das melhores práticas de mercado no que tange à Governança Corporativa, bem como com relação às melhorias dos Controles Internos no comprometimento com a transparência durante a realização de seus trabalhos.

Outros documentos apresentados e aprovados neste Comitê: • Relatório Semestral de Ouvidoria regulamentado pela Resolução 4433/2015 do CMN.

• Outros documentos de Governança trazidos pela Auditoria Interna para ciência dos membros permanentes deste Comitê relativos ao atendimento à Resolução 4.567/2017 do CMN.

• Política do Comitê de Auditoria.

#### c) Validação da efetividade das Auditorias Independente e Interna

O Comitê considera que as Auditorias Independente e Interna vêm desenvolvendo seu trabalho de maneira satisfatória, adequado à complexidade e porte da instituição.

O Comitê mantém com os Auditores Independentes um canal regular de comunicação para ampla discussão dos resultados de seus trabalhos e de aspectos contábeis relevantes, de maneira que permita aos seus

membros fundamentar opinião acerca da integridade das demonstrações contábeis e relatórios financeiros. O Comitê avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna. Os resultados apresentados ao Comitê nas sessões de trabalho não trouxeram ao seu conhecimento a existência de riscos residuais que possam afetar a solidez e a continuidade da Organização de maneira significativa.

d) Avaliação do cumprimento das recomendações feitas pelos auditores independentes e internos  
As recomendações em aberto dos Auditores Independentes e Internos, bem como aquelas oriundas dos órgãos reguladores, foram apresentadas e discutidas pelos membros, que avaliaram os cronogramas propostos e os cumprimentos das recomendações como satisfatórios.

#### e) Avaliação dos estudos técnicos para realização de créditos tributários

O Comitê examinou e aprovou os estudos para realização de créditos tributários do Banco GMAC e GMAC Administradora de Consórcios, conforme item II, parágrafo 2º, do artigo 1º da Circular nº 3.776/15.

### III. Conclusão:

O Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente as suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda a aprovação das demonstrações financeiras e contábeis do Grupo GMAC, para a data-base de 31 de dezembro de 2019.

São Paulo, 06 de março de 2020

O Comitê de Auditoria

## Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos acionistas e administradores do Banco GMAC S.A.

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco GMAC S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco GMAC S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

#### 1. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Administração exerce julgamento significativo para fins da determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de acordo com o determinado pela Resolução 2.682/99 do Banco Central do Brasil. Conforme divulgado na nota explicativa 7, em 31 de dezembro de 2019 o saldo bruto de operações de crédito é de R\$ 10.832.315 mil, para o qual foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa de R\$ 231.722 mil.

Consideramos essa área como significativa em função: (i) da relevância do saldo de operações de crédito, sujeitas à avaliação de perda; (ii) da situação econômica do País e do mercado em que os tomadores de crédito estão inseridos; (iii) do julgamento aplicado pela Administração em relação à atribuição de "ratings" que determinam o nível de provisão mínimo individual por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) do processo de reconhecimento da receita de juros com as operações de crédito; entre outros.

#### Como nossa auditoria conduziu o assunto

Em nossos exames de auditoria consideramos o entendimento do processo estabelecido pela Administração, bem como a realização de testes de controles relacionados com: (i) a origem das operações; (ii) a análise e aprovação de operações de crédito considerando os níveis de alçadas estabelecidas; (iii) atribuição de níveis de "rating" por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) atualização de informações dos tomadores de crédito; (v) reconhecimento de receitas de juros de operações em curso normal; (vi) suspensão do reconhecimento de receita sobre operações de crédito vencidas há mais de 59 dias; entre outros.

Nossos procedimentos de auditoria também incluíram a realização, para uma amostra de operações de crédito, de testes relativos a análise da documentação que constata a existência ou nível de provisionamento determinado para os itens da amostra, recálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa com base nos ratings atribuídos, confirmação da existência, por meio do arquivo de recebimento oriundo dos bancos correspondentes, recálculo do saldo em aberto na data-base do procedimento, além de testes de soma para confronto do total da base de dados com os registros contábeis e recálculo do total da provisão para crédito de liquidação duvidosa.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração, assim como a respectiva divulgação na nota

explicativa 7, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### 2. Divulgação e provisão para riscos fiscais, civis e trabalhistas

Conforme mencionado na nota explicativa 16, o Banco é parte em diversos processos administrativos e judiciais envolvendo questões de naturezas trabalhistas, fiscais e civis, oriundos do curso ordinário de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de provisão para contingências prováveis é de R\$ 947.407 mil.

A atribuição do prognóstico de perda aos processos envolve elevado grau de subjetividade por parte dos assessores legais que patrocinam a defesa da lide, assim como por parte da administração do Banco, e levam em consideração, entre outros, aspectos relacionados a existência de jurisprudência, recorrência das demandas apresentadas e mensuração de eventuais desembolsos futuros.

Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, definição do momento para o reconhecimento, mensuração e divulgações relacionadas aos riscos fiscais, civis e trabalhistas, consideramos esse assunto relevante para o processo de auditoria.

#### Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a obtenção de cartas de confirmação, quanto aos processos em andamento, diretamente dos assessores jurídicos do Banco para 31 de dezembro de 2019 e confronto dos prognósticos de perda e montantes atribuídos com os controles operacionais e registros contábeis.

Analisamos as comunicações recebidas dos órgãos de fiscalização relacionadas a processos, atuações e discussões das quais o Banco é parte, e a suficiência das divulgações relacionadas às questões oriundas de contingências e das provisões registradas. Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pelo Banco sobre os riscos fiscais, civis e trabalhistas, na nota explicativa 16 às demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria executados sobre os riscos fiscais, civis e trabalhistas e nos resultados obtidos, que estão consistentes com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as probabilidades de perdas, as estimativas de valores, as provisões e divulgações preparadas pela administração, no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.

#### 3. Ambiente de tecnologia

As operações do Banco dependem do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e seus sistemas, razão pela qual consideramos o ambiente de tecnologia como um componente relevante no nosso escopo e, consequentemente, entendemos ser um dos principais assuntos de auditoria. Devido à natureza do negócio e volume de transações do Banco, a estratégia de nossa auditoria é baseada na eficácia do ambiente de tecnologia.

O Banco considera que o sucesso de suas atividades depende da melhoria e do aperfeiçoamento contínuo e integração de suas plataformas tecnológicas necessárias ao bom desempenho de suas operações.

#### Como nossa auditoria conduziu o assunto

No curso de nossos exames foram envolvidos especialistas da equipe de tecnologia para nos auxiliar na execução de testes para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto da auditoria, com ênfase aos processos de gestão de mudanças e concessão de acesso a usuários. Também, realizamos procedimentos para avaliar a efetividade de controles automatizados considerados relevantes, que suportam os processos significativos de negócios e os registros contábeis das operações.

Nossos testes no desenho e operação dos controles gerais de tecnologia, bem como dos controles automatizados considerados relevantes no processo de auditoria, nos forneceram uma base para que pudéssemos manter a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor  
A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.  
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos obrigados a comunicá-lo esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por

(ix) Risco Legal - O risco legal é associado à incorreta interpretação, aplicação e/ou não cumprimento dos dispositivos legais, regulamentações, acordos e preceitos éticos nas práticas das empresas, bem como a inadequação ou deficiência em seus contratos, podendo ter como consequências, incluindo, mas não se limitando a, sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais, diminuição do valor dos ativos contingências maiores do que as esperadas e indenizações por danos a terceiros. A Chevrolet Serviços Financeiros através de seu departamento Jurídico, atua de forma ativa para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco legal inerente ao seu negócio;

(x) Risco Estratégico - O risco de estratégia é definido como a possibilidade de perda decorrente da utilização de uma estratégia, premissas ou política de negócios inadequada ou de falta desta, incluindo a ausência ou execução equivocada de resposta a alterações de mercado e a fatores externos. A Chevrolet Serviços Financeiros possui um processo regular, completo e consistente de planejamento estratégico, visando a projeção, acompanhamento e gestão de todos os indicadores estrategicamente relevantes para o seu negócio, de forma a subsidiar robustamente a tomada de decisão pela gestão;

(xi) Risco Reputacional - O risco reputacional é definido como a ocorrência ou possibilidade de exposição negativa que impacte a percepção daqueles com os quais se relaciona, incluindo clientes, investidores, agências de rating, colaboradores e órgãos reguladores, em relação às práticas de negócio, conduzida ou condição financeira da Instituição. A gestão do risco reputacional na Chevrolet Serviços Financeiros é realizada a partir de processos contidos em diversas áreas da Instituição, os quais têm como objetivo mitigar a ocorrência de eventos que afetem a reputação, bem como atuar no controle e minimização da disseminação desses impactos;

(xii) Risco Cibernético - O risco cibernético é definido como o risco de ocorrerem eventos e perdas relacionados a dependências tecnológicas, e à interconexão entre sistemas, processos e instituições, vulneráveis a falhas ou ataques cibernéticos cujos efeitos podem ter proporções sistêmicas. A Chevrolet Serviços Financeiros mantém sólidas práticas de segurança cibernética no ambiente de negócios, contando com estruturas locais e globais dedicadas ao monitoramento contínuo, atualização e execução das melhores práticas, ferramentas e processos, visando mitigar este risco e garantir a gestão segura de informações e a proteção de dados de clientes e fornecedores.

#### 28. OUTRAS INFORMAÇÕES

Adesão aos programas de parcelamento e quitação de débitos fiscais (REFIS/anistia Lei nº 11.941/2009) em 30 de novembro de 2009, o Banco aderiu ao programa para quitação de débitos fiscais estabelecido na Lei nº 11.941/09. O Banco possui em 31 de dezembro de 2019, um total de provisões sobre contingências aderidas ao REFIS no montante de R\$ 265.706 (R\$ 256.379 em dezembro/2018), sendo R\$ 58.018 (R\$ 58.018 em dezembro/2018) de Principal, R\$ 523 (R\$ 523 em dezembro/2018) de multas e R\$ 207.165 (R\$ 197.838 em dezembro/2018) de juros. Dessa forma, o Banco assume débitos fiscais como suas obrigações tributárias e a consequente obrigatoriedade do pagamento regular dos impostos. Contribuições e demais obrigações como condição essencial para a manutenção das condições de pagamento previstas no parcelamento. Os efeitos fiscais e contábeis relativos ao enquadramento dos processos submetidos ao REFIS estão sendo realizados conforme o desfecho das discussões judiciais, com a consequente destinação dos depósitos pelos juizes responsáveis.

#### 29. ÍNDICE DA BASILEIA

De acordo com as Resoluções do Conselho Monetário Nacional - CMN, o Banco Central do Brasil - BACEN instituiu a obrigatoriedade de manutenção de valor de patrimônio líquido ajustado, compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, cujo cálculo em 31 de dezembro de 2019 foi de 22,86%

	Ativos	Ativo Ponderado por Risco	Patrimônio de Referência Exigido
Risco reduzido - 20%	59.233	11.847	948
Risco reduzido - 75%	6.647.168	4.985.376	398.830
Risco reduzido - 85%	517.173	439.597	35.168
Risco reduzido - 100%	4.010.011	4.010.011	320.801
Risco reduzido - 250%	213.044	532.611	42.609
<b>Subtotal 1</b>	<b>11.446.629</b>	<b>9.979.442</b>	<b>798.356</b>
Parcela para cobertura de risco operacional	633.955	633.955	54.679
<b>Subtotal 2</b>	<b>633.955</b>	<b>633.955</b>	<b>54.679</b>
<b>Total</b>	<b>12.080.584</b>	<b>10.613.397</b>	<b>853.035</b>
<b>Patrimônio de Referência</b>			<b>2.425.760</b>
<b>Índice de Basileia</b>			<b>22,86%</b>

#### 30. EVENTO SUBSEQUENTE

Consubstanciando na Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.911 de 11 de outubro de 2019, artigos 667 e 668, quanto as deduções e exclusões das bases de cálculo da contribuição de PIS e COFINS, em Janeiro de 2020 o Banco reconheceu crédito no montante de R\$ 88.865.224,80, sobre as despesas de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa e sobre as despesas com comissão de originção de novos contratos.



Building a better working world

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. CRC-2SP034519/O-6 Flávio Serpejante Pette CRC-1SP172167/O-6